CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 21.628/14/1ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000043621-18
Impugnação: 40.010132488-98
Impugnante: Sebastião Rubio Ferreira
CPF: 037.039.837-87
Origem: DFT/Muriaé

EMENTA

IPVA - FALTA DE RECOLHIMENTO - DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO - PESSOA FÍSICA. Comprovada nos autos a falta de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA devido em virtude da constatação de que o proprietário do veículo tem residência habitual neste Estado, nos termos do disposto no art. 127, inciso I do Código Tributário Nacional - CTN. O registro e o licenciamento do veículo no Estado do Espírito Santo não estão autorizados pelo art. 1º da Lei nº 14.937/03 c/c o art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB. Exige-se IPVA e Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03. Crédito reformulado pela Fiscalização.
Lançamento parcialmente procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre a falta de recolhimento de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos exercícios de 2006 a 2011, em virtude do registro e licenciamento indevido no Estado do Espírito Santo, do veículo de placa GVM-6040, uma vez que a Fiscalização constatou que o proprietário reside em Espera Feliz/MG.

Exige-se IPVA e Multa de Revalidação, capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03.

Em razão da Fiscalização ter tomado ciência, após a emissão da Notificação do Lançamento, da assinatura do documento de transferência do veículo ocorrida em 04/06/08 e com base no art. 149, inciso IV do Código Tributário Nacional – CTN, *in verbis*, o crédito tributário foi reformulado, passando a considerar apenas os débitos relativos ao período de 2006 a 2008 (fls. 18/21).

Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

(...)

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

(...)

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Devidamente intimado (fls. 25/26), o Autuado apresenta, tempestivamente, Impugnação às fls. 27. Alega que a transferência do veículo se deu, na verdade, no final de 2006 e não em 04/06/08. Para comprovar o alegado, anexa às fls. 28/42 cópia de processo judicial contra a concessionária adquirente, que não transferiu devidamente o veículo em 2006.

A Fiscalização manifesta-se às fls. 45/55.

A 1ª Câmara de Julgamento exara despacho interlocutório às fls. 59, para que o Impugnante apresente cópia do inteiro teor dos autos nº 0330504-12.2012.8.13.0145, considerando o ajuizamento de ação de obrigação de fazer, decorrente de alegada não transferência de propriedade do veículo vinculado à exigência de IPVA, objeto do presente PTA, com possível repercussão na tramitação do processo administrativo, à luz do que dispõe o inciso IV do art. 111 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos – RPTA, aprovado pelo Decreto nº 44.747/08.

Antes de intimado da decisão da Câmara de Julgamento (fls. 64/67) o Autuado apresenta a documentação de fls. 61/63.

A Fiscalização manifesta-se às fls. 70 e encaminha o PTA à Advocacia Regional do Estado – AGE para verificar junto ao processo judicial o alcance deste em relação ao presente Lançamento, para fins de aplicação dos arts 105 e 111, inciso IV do RPTA.

Ante a resposta da Advocacia Regional do Estado, às fls. 78, a Fiscalização manifesta-se às fls. 89.

DECISÃO

A acusação fiscal é de falta de recolhimento de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) ao Estado de Minas Gerais, nos exercícios de 2006 a 2008, referente ao veículo de placa GVM-6040, de propriedade do Autuado.

A Fiscalização, por meio de cruzamento de dados do veículo e de seu proprietário, constantes dos bancos de dados da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), DETRAN/MG, DETRAN/ES e Receita Federal, constatou que o veículo mencionado encontra-se registrado e licenciado no Estado do Espírito Santo, apesar de o proprietário residir no Município de Espera Feliz/MG.

Inicialmente o Autuado alega a prescrição dos valores relativos aos exercícios de 2006 e 2007. Antes de adentrar no mérito da questão, faz-se necessário distinguir os conceitos de prescrição e decadência.

A decadência pressupõe a fluência do lapso temporal que, uma vez alcançado, impede a Administração de efetuar a faculdade jurídica de constituir o crédito tributário. A prescrição, ao contrário, tem a ver com a existência de um dever jurídico não cumprido, sendo necessário um crédito tributário já constituído para que ela ocorra.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Feita essa distinção, e apesar de o Impugnante ter utilizado equivocadamente o termo prescrição, passa-se a tratar da questão como decadência.

Como já dito, para que ocorra a decadência, deve haver a fluência do lapso temporal, normalmente de 5 anos, sem que o Sujeito Ativo da obrigação constitua o crédito tributário. Assim, é de fundamental importância definir o momento a partir do qual tem início a contagem do prazo decadencial.

O art. 173 do Código Tributário Nacional – CTN determina:

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento. (grifou-se)

Os fatos condicionantes da decadência, então, são a inércia do poder tributante e o prazo de 5 (cinco) anos.

No caso do IPVA, o fato gerador ocorre em 01 de janeiro de cada exercício, conforme art. 2º, inciso II da Lei nº 14.937/03, *in verbis*:

Art. 2º O fato gerador do imposto ocorre:

I - para veículo novo, na data de sua aquisição pelo consumidor;

II - para veículo usado, no dia 1º - de janeiro de cada exercício; (grifou-se)

Assim, para o exercício de 2006, o fato gerador do IPVA ocorreu em 1º/01/06. E, nos termos do inciso I do art. 173 do CTN, já transcrito, o marco inicial do prazo decadencial começa a correr a partir de 1º/01/07 e termina em 31/12/11.

Considerando que a lavratura da Notificação de Lançamento se deu no dia 25/10/11, conforme fls. 05 dos autos, verifica-se que o crédito tributário relativo ao exercício de 2006 não está ao abrigo da decadência. Logo, o direito subjetivo de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário permanece íntegro.

No que se refere ao exercício de 2007, por ser período posterior, não merece maiores considerações, seguindo-se a mesma linha de raciocínio.

Quanto ao mérito, propriamente dito, a questão do domicílio tributário, para se aferir o sujeito ativo da relação tributária competente para exigir o pagamento do IPVA, precisa ser analisada no contexto da legislação que rege a matéria.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), no seu art. 155, inciso III, conferiu aos Estados membros e ao Distrito Federal competência para instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

Assim, cada Estado editou sua própria lei para cobrança do IPVA, variando as alíquotas de acordo com a legislação de cada Unidade da Federação, o que faz com que muitos veículos sejam registrados nos Estados em que a alíquota é menor, não obstante seus proprietários residirem em outro, diferente daquele em que houve o registro do veículo.

Essa prática implica perda de arrecadação para o Estado e Município de residência do proprietário do veículo.

No caso do Estado de Minas Gerais, foi editada a Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que, ao estabelecer sobre o pagamento do IPVA, disciplinou:

Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

Parágrafo único. O IPVA incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no Estado.

(...)

Art. 4º - Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

(...)

Art. 10 - As alíquotas do IPVA são de:

I - 4% (quatro por cento) para automóvel, veículo de uso misto, veículo utilitário e outros não especificados neste artigo;

II - 3% (três por cento) para caminhonete de carga picape e furgão;

III - 1% (um por cento) para veículos destinados a locação, de propriedade de pessoa jurídica que preencha pelo menos um dos seguintes requisitos:

(...)

Conforme se verifica, o legislador estadual, usando da sua competência constitucionalmente prevista, delimitou o campo de incidência do tributo, ou seja, estabeleceu que o IPVA será devido ao Estado de Minas Gerais quando, em regra geral, o veículo automotor estiver sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

Cabe, todavia, indagar quais as condições determinantes para que o veículo sujeite-se ao registro e licenciamento no Estado de residência de seu proprietário.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Sobre a matéria, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aprovado pela Lei nº 9.503, de 1997, no seu art. 120, dispõe:

Art. 120 - Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei. (grifou-se)

Extrai-se, do dispositivo legal retromencionado, que o fato gerador do IPVA ocorre no município de domicílio ou de residência do proprietário do veículo.

Salienta-se que, não obstante as várias conceituações existentes sobre os termos “domicílio” e “residência”, não cabem aqui as definições trazidas pelo Código Civil de 2002 (CC/02), dada a regra da especialidade.

A interpretação a ser considerada, neste caso, é a do CTN (Código Tributário Nacional), posto que a matéria ora discutida é de natureza tributária, que assim determina:

Art. 127 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

(...)

O Professor Renato Bernadi, ao discorrer sobre o tema (IPVA tem de ser pago onde o dono do automóvel mora – www.conjur.com.br, artigo publicado em 28 de maio de 2006), leciona:

Partindo-se do pressuposto de que “domicílio” e “residência” são palavras cujos significados não se confundem, há que se dar uma interpretação coerente ao dispositivo. A interpretação que mais se encaixa na ratio legis da norma é aquela que indica que ao referir-se a “domicílio”, o Código de Trânsito faz menção à pessoa jurídica. Ao passo que, ao mencionar “residência”, dirige-se às pessoas físicas.

E continua:

Outra interpretação levaria à absurda conclusão de que o artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro considera somente a pessoa física, esquecendo-se da pessoa jurídica, além de distanciar referida regra do disposto no artigo 127 do Código Tributário Nacional, regra específica do domicílio tributário (...).

Por conseguinte, o critério que fixa o domicílio tributário, para fins do IPVA, é o previsto no artigo supramencionado, o qual determina que as pessoas registrem seus veículos na Unidade da Federação onde residam com habitualidade.

Essa assertiva pretende demonstrar que o deslinde da questão passa necessariamente pela comprovação do local de residência habitual do Autuado, nos moldes do que prevê o art. 127, inciso I do CTN, já mencionado.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Passa-se, então, à análise dos documentos anexados aos autos pela Fiscalização para comprovar o domicílio tributário no Estado de Minas Gerais:

- 1) consulta realizada junto à Receita Federal, a partir do CPF do Autuado (fls. 11);
- 2) consulta realizada junto ao “site” do Tribunal Superior Eleitoral (fls. 12).

O conjunto de provas trazido pela Fiscalização atesta cabalmente o município em que o Autuado reside com habitualidade, qual seja, Espera Feliz/MG.

Na impugnação apresentada, o Autuado argumenta que à época das cobranças do IPVA residia no estado do Espírito Santo, conforme comprovantes apresentados anteriormente à Administração Fazendária de Carangola - MG, protocolados em 21/03/11. Porém, não anexa aos autos nenhuma documentação. Considerando que as provas citadas por ele não fazem parte desta peça fiscal, torna-se impossível a sua valoração.

O Autuado pede, ainda, o cancelamento do lançamento tributário, sob o argumento de que, na verdade, vendeu o veículo não em 2008, mas em 2006, para a Concessionária Original Ford, que não efetuou corretamente a transferência. Anexa, às fls. 28/42, cópia do processo judicial contra a concessionária e, às fls. 61/63 cópia da decisão judicial determinando ao DETRAN/ES a inclusão da “Comunicação de Venda” na data correta.

A Fiscalização, com fundamento no parecer da AGE, de fls. 78, sustenta a manutenção integral do feito fiscal, uma vez que a Fazenda Pública Estadual não é parte no processo judicial, não se lhe aplicando os efeitos dos art. 105 e 111, inciso IV do RPTA, *in verbis*:

Art. 105. A ação judicial proposta contra a Fazenda Pública Estadual sobre matéria tributária, inclusive mandado de segurança contra ato de autoridade, prejudicará, necessariamente, a tramitação e o julgamento do respectivo PTA, importando em solução final do caso na instância administrativa, com referência à questão discutida em juízo.

Art. 111. Põem fim ao contencioso administrativo fiscal:

(...)

IV - o ingresso em juízo, sobre a matéria objeto do PTA, antes de proferida ou de tornada irrecorrível a decisão administrativa;

(...)

Assim, evidenciada a falta de pagamento do IPVA, a Fiscalização está correta ao exigir o tributo incidente, bem como aplicar a penalidade prevista no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03, *in verbis*:

Art. 12 - O não-pagamento do IPVA nos prazos estabelecidos na legislação sujeita o contribuinte ao pagamento de multa calculada sobre o valor atualizado do imposto ou de

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

parcelas deste, conforme disposto nos incisos abaixo, bem como de juros de mora:

(...)

§ 1º - Havendo ação fiscal, a multa será de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as seguintes reduções:

(...)

Registre-se, por oportuno, que a Fiscalização reformulou o crédito tributário em virtude da ciência, após a emissão da Notificação do Lançamento, da transferência do veículo ocorrida em 04/06/08. A referida reformulação encontra-se às fls. 18/21, bem como às fls. 55/56.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar parcialmente procedente o lançamento, nos termos da reformulação do crédito tributário efetuada pela Fiscalização às fls. 55 e 56. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Bernardo Motta Moreira (Revisor) e Antônio César Ribeiro.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 2014.

**Maria de Lourdes Medeiros
Presidente**

**Marco Túlio da Silva
Relator**

IS/D